

Linguagem Utilizada na Divulgação de Informações Públicas para o Cidadão: a Voz Silenciada da Transparência

Rayssa Pena Freire

Bacharel em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Pará - UFPA

Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, 66075-110

ORCID : <https://orcid.org/0009-0008-5347-8792>

E-mail: rayssazel1223@gmail.com

Sarah Cristina D O Moraes

Bacharel em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Pará - UFPA

Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, 66075-110

ORCID : <https://orcid.org/0009-0004-2643-5763>

E-mail: sarahmoraes423@gmail.com

Lidiane Nazaré da Silva Dias

Doutora em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Pará - UFPA

Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, 66075-110

ORCID : <http://orcid.org/0000-0002-7546-5174>

E-mail: lidianedias@ufpa.br

Paulo Vítor Souza de Souza

Doutor em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Pará - UFPA

Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, 66075-110

ORCID : <https://orcid.org/0000-0001-5746-1746>

E-mail: paulovsouza@ufpa.br

Resumo

Este estudo investigou a confiabilidade e o entendimento dos cidadãos associado a informações contábeis e notícias provenientes das plataformas de divulgação de prefeituras municipais. Diante do desafio de tornar informações governamentais acessíveis e transparentes, o objetivo central foi analisar como diferentes tipos de informações e formatos de apresentação afetam a percepção e a tomada de decisão dos cidadãos. A metodologia adotada foi de natureza experimental, com abordagem quantitativa. Foram aplicados questionários a cidadãos das cidades de Soure e Salvaterra, selecionados aleatoriamente. Os participantes foram divididos em grupos e apresentados com diferentes cenários: notícias



Revista Paraense de Contabilidade © 2023 by Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará is licensed under CC BY 4.0. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



HISTÓRICO: Recebido em: 25/08/2023. **Revisado por pares** em 28/08/2023. **Reformulado** em: 10/12/2023. **Aprovado em:** 20/12/2023. **Publicado em** 28/12/2023.

Editor Responsável: Marcia Athayde Moreira. Editor Executivo: Tadeu Junior de Castro Gonçalves. Processo de Avaliação: Double Blind Review – OJS.

Editado em Português. Versão original em Português.

positivas ou negativas sobre a prefeitura, informações contábeis em formato padrão ou transformadas em infográficos. Através de escalas de Likert e questões de múltipla escolha, os cidadãos avaliaram a confiabilidade, compreensibilidade e tomaram decisões com base nas informações apresentadas. Os resultados mostraram que os cidadãos tendem a ter maior confiabilidade a informações negativas sobre a prefeitura. Além disso, a compreensibilidade foi consideravelmente superior para informações apresentadas na forma de infográficos, em comparação com informações no formato padrão. Observou-se que a confiança política e interpessoal estão correlacionadas e que fatores como a percepção de corrupção afetam a confiança nas informações governamentais.

Palavras-Chave: Compreensibilidade. Confiança. Comunicação Governamental.

Abstract

This study investigated the reliability and comprehension of citizens regarding accounting information and news from municipal government disclosure platforms. Faced with the challenge of making government information accessible and trustworthy for citizens, the central objective was to analyze how different types of information and presentation formats affect citizens' perception and decision-making. The adopted methodology was experimental in nature, employing a quantitative approach. Questionnaires were administered to randomly selected citizens from the cities of Soure and Salvaterra. Participants were divided into groups and presented with different scenarios: positive or negative news about the municipality, accounting information in standard format or transformed into infographics. Using Likert scales and multiple-choice questions, citizens assessed the reliability, comprehensibility, and made decisions based on the presented information. The results indicated that citizens tend to assign greater reliability to negative information about the municipality. Additionally, comprehensibility was considerably higher for information presented in the form of infographics compared to standard format information. It was observed that political and interpersonal trust are correlated, and factors such as the perception of corruption affect trust in government information.

Keywords: *Comprehensibility. Trust. Government Communication.*

1. INTRODUÇÃO

Foram acordadas no Brasil leis que asseguram o acesso a informações de entidades e órgãos públicos para cidadãos quanto para entidades jurídicas. Estas leis são conhecidas como Lei da Transparência – LT (LC nº 131/2009) e Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011). Dessa forma, é importante notar que o entendimento de contabilidade pública não é comum para todos os cidadãos. Quando se trata de relatórios financeiros, muitos consideram esses documentos como ilegíveis, extensos e, por vezes, desinteressantes (Jordan et al., 2017).

Assim, surge a necessidade de aplicar a chamada Linguagem Cidadã, que visa tornar o texto, a estrutura e o design das informações tão claros que o usuário final possa facilmente encontrar o que procura, compreender o que encontrou e utilizar essas informações de maneira prática (*Plain Language Association International*, 2021). Mas, deve-se notar a importância do entendimento e o acesso aos sites oficiais dos governos locais para obter essas informações ainda não fazem parte da cultura da maioria dos cidadãos (Palassi et al., 2016).

Nesse contexto, um relatório acessível ao público deve apresentar informações financeiras relevantes, ser de fácil compreensão, visualmente atrativo e direcionado à comunidade (Yusuf & Jordan, 2012). Além disso, para alcançar um público mais amplo, os governos deveriam disponibilizar informações sobre seu desempenho financeiro de forma compreensível para a sociedade em geral (Heald, 2003).

Ligado a isso, a busca por atributos eficazes em relatórios voltados ao público nos mostra que os cidadãos possuem maior envolvimento no processo orçamentário quando o conteúdo é mais conciso e visualmente atraente (Jordan et al., 2015). Relacionando-se a isso, políticas públicas que afetam a gestão são influenciadas pelo acesso de cidadãos e organizações a informações públicas para fundamentar decisões ou acionar mecanismos de fiscalização (Barbosa, 2017).

Partindo desses princípios, é garantido por lei que o governo promova transparência e qualidade nas informações propagadas nos portais de acesso ao cidadão. Desta forma simplificada, busca-se responder à problemática central desta pesquisa: **De que maneira a linguagem empregada nas plataformas de divulgação das prefeituras municipais é confiável e compreensível para o cidadão?**

O estudo busca analisar como os residentes das cidades de Soure e Salvaterra, no estado do Pará, percebem a qualidade, confiabilidade e compreensão das informações divulgadas pelos portais das prefeituras.

A pesquisa se justifica pela escassez de estudos voltados para cidadãos em áreas menos favorecidas socioeconomicamente, ampliando o escopo da investigação. A abordagem contribui com uma nova perspectiva, podendo servir de base para futuras pesquisas e fornecer insights estratégicos para gestores e servidores que precisam tornar as informações públicas mais fáceis para compreensão.

O estudo visa contribuir para a literatura acadêmica, preenchendo uma lacuna de pesquisa e oferecendo novas descobertas. Ao ampliar o conhecimento sobre a compreensão das informações públicas, a pesquisa pode ser usada por outros pesquisadores e proporcionar uma visão mais abrangente do tema. Em termos práticos, o estudo oferece informações relevantes para gestores e servidores públicos, auxiliando na adaptação da linguagem para tornar as informações mais acessíveis.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas são conduzidas com cidadãos das cidades de Soure e Salvaterra, no Pará, explorando a percepção de qualidade, confiabilidade e compreensão das informações divulgadas pelos portais das prefeituras.

Espera-se que os resultados indiquem a importância da linguagem acessível no ato de divulgar informações públicas. O estudo estrutura-se em contextualização, objetivo da pesquisa, justificativa, contribuição teórica e prática, metodologia e possíveis resultados. Ao final, pretende-se fornecer insights valiosos para melhorar a compreensão das informações públicas e promover a participação e auxiliar os cidadãos mediante decisões que devem ser tomadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Linguagem Utilizada na Divulgação de Informações

O Governo Federal brasileiro, em busca de tornar as prestações de contas públicas mais transparentes, tem feito uso de alguns instrumentos de projetos de governo usando procedimentos legais para ajudar na busca por dados mais transparentes (Campos et al., 2013). A maioria dos relatórios não é elaborada considerando indivíduos sem experiência em contabilidade, não facilitam o monitoramento da atividade por parte dos cidadãos (Carpenter & Sharp, 1992).

Trazendo a concepção “cidadão” não é definição absoluta, mas sim uma subjetiva podendo variar de acordo com pessoas e as situações. Isso ocorre devido aos diferentes papéis que o indivíduo pode desempenhar na sociedade (Abdelnour et al., 2017). Assim, uma boa apresentação de dados requer alguns aspectos-chave (Knaflic, 2015), sendo eles: compreensão do contexto, exibição visual adequada, eliminar desordem, direcionando assim a atenção para onde ela deve estar e narração da história dos dados (Pagani et al., 2021).

Em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo III “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ONU, 2009, p. 5). No Brasil, o termo cidadania de acordo com os princípios da Constituição Federal, estabelece direitos e deveres de pessoas no seu Estado, conforme descrito no artigo 5º, incisos IV e IX:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...] IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (Brasil, 1988).

Contudo, a interação entre controle social e transparência pública pode ser vista como sendo os dois lados de uma mesma moeda, cujos resultados contribuem diretamente para a alimentação das atividades do controle social e para aprimorar a cidadania (Evangalista, 2010).

A partir disso, para Cruz et al. (2009), a transparência abrange todas as atividades públicas realizadas, ou seja, os gestores governamentais têm a responsabilidade de assegurar que os cidadãos tenham acesso e entendam as ações realizadas de acordo com o poder de representar o que lhes foi conferido. Com isso, Silva et al. (2019) afirma que a contabilidade tem por obrigação entregar demonstrações contábeis com informações claras e compreensíveis.

2.2 O Alcance das Informações para Cidadão

A internet oferece oportunidades para a interação cívica daqueles que têm acesso e motivação política em sociedades abertas e democráticas, mas não deve ser vista como uma solução rápida para a democracia (Dahlgren, 2005).

A conceituação de cidadão é crucial para a responsabilidade da administração pública, especialmente em relação à *accountability*, destacada na literatura sobre divulgação de informações por meio de relatórios populares (*popular reports*) (Roberts, 2021). Visualizações

de dados públicos surgem como alternativa para aumentar a compreensão, mas a falta de foco na construção adequada para o público persiste (Park & Gil-Garcia, 2022).

Para garantir a eficácia da participação da população nas questões públicas, é essencial tornar as informações compreensíveis, utilizando uma linguagem simples e acessível (Platt Neto et al., 2007). Isso promove transparência, clareza e participação efetiva do cidadão em questões municipais, estaduais ou nacionais (Platt Neto et al., 2007).

Apesar das barreiras sociais, culturais e econômicas, o Brasil se destaca entre os países que investem em inovações antiautoritárias (Avritzer, 2009; Goodin, 2008). Observa-se uma crescente adoção dessas ferramentas no Brasil, influenciada pelos governos em todos os níveis (municipal, estadual e federal), mas a questão crucial é como essas tecnologias são utilizadas e se realmente contribuem para tornar a política mais interessante para a sociedade (Chadwick & May, 2003). Em última análise, a disponibilidade dessas informações públicas capacita a população a questionar as contas públicas.

2.3 Portal da Transparência e o Cidadão

O Portal da Transparência, estabelecido em 2004, é um instrumento crucial para o controle social dos gastos públicos, permitindo aos cidadãos acompanhar em tempo real a execução orçamentária do Governo Federal (Conegundes, 2013). A transparência no compartilhamento de informações é essencial para capacitar o público a tomar decisões e fazer escolhas políticas (Campos et al., 2013).

Compreender o Portal da Transparência é indispensável para os cidadãos, sendo vital disponibilizar as informações de gestão governamental de forma acessível a todos (Brasil, 2008). Isso possibilita saber onde, como e por que o dinheiro público está sendo gasto, promovendo uma gestão pública transparente e clara (Brasil, 2008).

Nunes et al. (2022) destacam a importância da transparência para estimular a divulgação de informações sobre as ações do governo, impulsionando a participação social e fortalecendo a busca por políticas mais justas. A transparência busca garantir aos cidadãos o acesso a informações que detalham as ações dos gestores públicos, incluindo o andamento e as execuções em períodos anteriores. Portais eletrônicos de divulgação de audiências públicas desempenham um papel crucial na apresentação de documentos, como o planejamento das diretrizes orçamentárias e relatórios de execução orçamentária (Cruz, 2012).

Entretanto, a qualidade da informação vai além da simples transparência de dados. A transparência deve representar toda a atividade dos gestores públicos, permitindo aos cidadãos ter acesso e compreensão do que está sendo realizado pelos gestores governamentais (Cruz et al., 2009).

2.4 A Confiabilidade do Cidadão no Governo

Para atender à crescente preocupação da população em relação à atuação da gestão, foram incorporados novos instrumentos legais à legislação brasileira (Fenner et al., 2022). O governo eletrônico, dotado de capacidade técnica, visa promover uma relação mais eficiente e transparente entre o Estado e o cidadão, aumentando a participação deste último. No artigo 7º, que aborda o acesso à informação, destaca-se o direito do cidadão à obtenção de informações essenciais, plenas, legítimas e atualizadas. Além disso, o dispositivo assegura solicitações de informação relacionadas às atividades das organizações públicas, incluindo aspectos como política, organização, serviços, administração pública, utilização de recursos,

licitação e contratos (Raupp et al., 2011).

Por fim, é importante distinguir entre confiança política e interpessoal. Apesar das diferenças, há uma correlação entre os dois tipos de confiança, que podem atuar como causa ou efeito de fatores como a corrupção (Morris & Klesner, 2010). Contudo, a falta de confiança nas informações divulgadas indica a necessidade essencial de garantir a segurança do cidadão em relação ao governo, um aspecto que diminuiu nos últimos anos (Janssen et al., 2017).

3. METODOLOGIA

Neste segmento, delineamos os procedimentos metodológicos empregados na condução da pesquisa. Os participantes do estudo compreendem os cidadãos que residem nas cidades de Soure e Salvaterra, selecionados por meio de um processo aleatório. A eles, foram apresentados questionários impressos contendo informações relacionadas às notícias disponibilizadas sobre transparência governamental e despesas públicas.

Além disso, no intuito de explorar a percepção dos participantes quanto à confiabilidade das informações divulgadas, o questionário foi elaborado com uma abordagem cuidadosamente manipulada, no qual as questões relacionadas à transparência governamental e às despesas públicas foram formuladas de maneira a apresentar variações entre enunciados positivos e negativos. A inclusão dessas diferentes abordagens procurou capturar atitudes dos cidadãos em relação à compreensibilidade das informações fornecidas, enriquecendo assim a compreensão dos resultados obtidos a partir da pesquisa.

O enfoque metodológico adotado é experimental e de cunho quantitativo. A coleta de dados foi efetuada por meio de questionários que incluíam perguntas demográficas e questões de resposta fechada. Para esse propósito, utilizamos o desenho experimental 2x2. No questionário, foram incorporadas perguntas demográficas, e então os participantes foram divididos em quatro grupos. O Grupo A recebeu uma notícia positiva sobre transparência governamental e informações sobre despesas públicas extraídas de um portal de transparência. Para o Grupo B, foi apresentada uma notícia negativa sobre transparência governamental, acompanhada de informações sobre despesas públicas expressas por meio de infográficos. Ao Grupo C, foi fornecida uma notícia negativa sobre transparência governamental, juntamente com detalhes de uma despesa pública retirados de um portal de transparência. Por sua vez, o Grupo D teve acesso a uma notícia negativa sobre transparência governamental e informações sobre despesas públicas exibidas em um infográfico para facilitar a compreensão. Cada grupo, avaliado por meio de uma escala de *Likert*, expressou sua confiabilidade e entendimento em relação às notícias governamentais de acordo com as informações fornecidas, utilizando uma escala de 1 a 5 para refletir sua opinião.

O objetivo deste procedimento é identificar o grau de confiança que os cidadãos depositam no governo, bem como entender seu nível de compreensão em relação às informações apresentadas.

Tabela 1

Ordem das informações recebidas por cada grupo de respondentes.

Etapas	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
1 – Demográfica	Mesma	Mesma	Mesma	Mesma
2 – Notícia positiva/notícia negativa	Positiva	Positiva	Negativa	Negativa
3 – Informação do portal/melhorada	Igual	Melhorada	Igual	Melhorada

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A fim de responder às questões de pesquisa propostas, delineamos os métodos e procedimentos que adotamos. No contexto brasileiro, estudos demonstram que a utilização de experimentos é um fenômeno recente e ainda em fase inicial (Frezatti et al., 2015).

O estudo proposto foi conduzido por meio de questionários para extrair dados numéricos, traduzindo opiniões e informações em números para classificação e análise (Benvenuto et al., 2015). Este método de pesquisa quantitativa foi empregado para responder às indagações do público, por meio de perguntas relacionadas ao tema em questão.

3.1 Contexto da Pesquisa

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) busca medir quesitos como saúde, renda e educação, variando entre 0 e 1, quanto mais próximo de 0 menor é o indicador para esses requisitos e quanto mais próximo de 1 melhores são as condições para esses requisitos. O Brasil apresentou melhorias significativas de IDH ao longo dos censos, mas seus estados apresentam níveis completamente diferentes de desenvolvimento (Puchale et al., 2019). O Pará, por sua vez, apresenta um índice de 0,69 (IBGE, 2021).

No que diz respeito, a Ilha do Marajó que pertence à Região Portel-Marajó, localizada no extremo norte do Estado do Pará, considerada a maior ilha fluviomarátima do mundo, com um conjunto de 17 municípios, os quais foram selecionados para pesquisa Soure e Salvaterra, que segundo dados do IBGE, 2022, ambos possuem uma população de aproximadamente 24 mil habitantes, com IDH aproximados de 0,61 em Soure e 0,60 em Salvaterra (IBGE, 2010).

Para a realização desta pesquisa foi feita uma delimitação de amostragem, selecionando apenas dois municípios da Ilha de Marajó. Que foram escolhidos de acordo com suas características semelhantes, por serem municípios pequenos, de difícil acesso à capital, uma área carente e com IDH médio. Afinal, buscou-se dar voz a essa população que deve ser a principal beneficiária das informações públicas.

Partindo do ponto de análise, buscou-se realizar pesquisas nos sites de prefeituras municipais, incluindo os processos operacionais, controle interno e rotinas de integração onde são manipulados a confiança no governo (notícia positiva ou notícia negativa) e a compreensão do cidadão (informação igual ao portal x informação melhorada).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatísticas Descritivas Demográficas

Considerando o objetivo da pesquisa que é compreender como o cidadão que reside fora dos centros urbanos recebe e entende informações disponibilizadas em portais e sites de prefeituras municipais e analisar se esses mesmos confiam que a gestão municipal é transparente, obteve-se o número de 212 respondentes, residentes do município de Soure e Salvaterra.

Obtidas essas respostas, procedeu-se a análise dos respondentes, nas quais entre 44,1% eram do sexo masculino, e 52,3% eram do sexo feminino, e 8 pessoas optaram por não responder. Percebe-se que existe um maior número de respondentes do sexo feminino. Foi perceptível que o cidadão entre 18 e 34 anos, representa 60% dos totais, 58,2% são solteiros e 20,5% são casados.

Tabela 2*Perguntas Demográficas (Gênero, Idade e Estado Civil)*

Gênero	
Masculino	44,1%
Feminino	52,3%
Não respondeu	3,6%
Idade	
Menos de 18	4,5%
18 a 24 anos	27,7%
25 a 34 anos	32,3%
35 a 44 anos	20,5%
45 a 54 anos	11,5%
Estado Civil	
Solteiro	58,2%
União estável	17,7%
Casado	20,5%
Viúvo	2,3%
Divorciado	1,3

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

As perguntas relacionadas à escolaridade dos cidadãos residentes de Soure e Salvaterra correspondem a 35% de pessoas com o ensino médio completo, o que teve maior destaque, e 18,6% dos respondentes possuem graduação completa. Além disso, quando se trata da situação atual emprego, autônomos apresentam 32,3% e aposentados 1,4%, para faixa de renda, 40,9% representam respondentes com renda per capita até R\$1.320,00.

Tabela 3*Perguntas Demográficas (Escolaridade, Emprego e Renda).*

Escolaridade	
Ensino fundamental incompleto	5,90%
Ensino fundamental completo	3,20%
Ensino médio incompleto	13,60%
Ensino médio completo	35,00%
Graduação incompleta	23,60%
Graduação completa	18,60%
Situação Atual de Emprego	
Trabalho em meio tempo	12,30%
Trabalho em tempo completo	26,80%
Desempregado	11,40%
Autônomo	32,30%
Estudante	15,90%
Aposentado	1,40%
Faixa de Renda	
Até R\$ 1.320,00	40,90%
De R\$ 1.320,01 a R\$ 2.640,00	25,90%
De R\$ 2.640,01 a R\$ 3.940,00	10,50%
De R\$ 3.960,01 a R\$ 5.280,00	9,50%
Mais de R\$ 5.280,00	7,70%
Não respondeu	5,50%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

4.2 Estatísticas Descritivas Demográficas

Com vistas a identificar o nível de confiabilidade e compreensão de cidadãos sobre notícias e informações contábeis oriundas de plataformas de divulgação de prefeituras municipais, são fornecidas análises de estatísticas descritivas das respostas obtidas pelos participantes desta pesquisa. Ressalta-se que a pesquisa possui configuração 2x2, ou seja, quatro questionários distintos foram fornecidos aos cidadãos para que eles respondessem três tarefas: nível de confiabilidade sobre uma informação da mídia; nível de compreensibilidade de uma informação contábil; e tomada de decisão sobre a informação apresentada.

Inicialmente, é proferida análise acerca da confiabilidade do cidadão acerca de uma notícia relacionada a sua prefeitura. Foram solicitadas respostas referentes a dois cenários fornecidos para dois grupos distintos de respondentes, onde o primeiro grupo recebeu uma notícia positiva sobre a prefeitura, e outro grupo recebeu uma notícia negativa. A análise é proferida para estatísticas de média, desvio padrão e quantidade de observações, conforme segue:

Tabela 4

Estatística Descritiva para Confiabilidade

Grupo	Confiabilidade
Positiva (A e B)	2,8932 - (1,2360) - [103]
Negativa (C e D)	3,0733 - (1,2888) - [109]
Total	2,9858 - (1,2637) - [212]

Nota. os números fora dos parênteses representam a média; os números entre parênteses representam o desvio padrão; e os números entre colchetes representam a quantidade de observações. Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Os resultados reportados na tabela acima evidenciam que cidadãos que receberam informações positivas (média = 2,89) apresentaram um nível de confiabilidade menor do que os cidadãos que receberam informações negativas (média = 3,07). Esse resultado denota que ao receber informações negativas sobre as prefeituras os cidadãos atribuem maior confiabilidade na informação do que ao receber informações positivas.

A partir dos resultados, verificou-se que há distinção entre a confiança política e a interpessoal, embora exista distinção entre ambas, os autores verificaram uma correlação que liga os dois tipos de confiança que podem agir como causa ou efeito de fatores como a corrupção (Morris & Klesner, 2010) porém, a falta de confiança nas informações divulgadas, mostra que a segurança do cidadão sobre o governo diminuiu muito nos últimos anos (Janssen et al., 2017). Morris e Klesner (2010) constataam que ocorre distinção entre confiança política e confiança interpessoal, causando correlação entre os dois tipos de confiança gerando efeito de fatores, como por exemplo, a corrupção. Dessa forma, percebe-se que o cidadão tende a acreditar em notícias negativas com mais facilidade. Ademais, ocorre diariamente o desmanche de notícias sobre a gestão pública, sem filtros e/ou eficiência.

É possível verificar nas pesquisas realizadas que o cidadão tem maior confiabilidade em informações negativas, diretamente a isso, está ligado ao estudo de Janssen et al (2017). Os autores informam que a segurança e a confiança do cidadão no governo tendem a cair nos últimos anos, por conta dos desvios nas informações divulgadas em portais eletrônicos. Então é mais fácil acreditar em informações falsas em prol de informações positivas relacionadas à transparência.

Seguindo com as análises, agora são evidenciados os resultados referentes à segunda questão de pesquisa, a qual refere-se ao nível de compreensibilidade que o cidadão possui acerca das informações oriundas do portal das prefeituras. São atribuídos aos respondentes dois cenários distintos, sendo o primeiro referente a informação não tratada retirada de um portal da prefeitura, e a segunda referente a transformação da informação em um infográfico, por meio do resumo e dinamismo da informação fornecida ao outro grupo. A análise também é proferida para médias, desvio-padrões e quantidade de observações, conforme segue:

Tabela 5*Estatística Descritiva para Compreensibilidade*

Grupo	Compreensibilidade
Informação do Portal (A e C)	2,8761 - (1,1823) - [105]
Informação em Infográfico (B e D)	2,9258 - (1,0738) - [107]
Total	2,8962 - (1,1264) - [212]

Nota. Os números fora dos parênteses representam a média; os números entre parênteses representam o desvio padrão; e os números entre colchetes representam a quantidade de observações. Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Conforme tabela acima identificada, os resultados evidenciam que os cidadãos que receberam informações sem tratamento, exatamente como os portais as divulgam, atribuem uma média de compreensibilidade inferior (média = 2,87) aos cidadãos que recebem informações transformadas em infográficos (média = 2,92), ou seja, nota-se que a informação por meio de infográfico é capaz de fornecer melhor compreensibilidade se comparada a informações oriundas de portais sem tratamento. Ao analisar-se os desvios-padrão, observa-se maior dispersão nas notas de quem recebeu informações de portais do que infográficos, o que corrobora menor incerteza na decisão do segundo grupo, que apresentou maior compreensibilidade. Estes achados denotam que informações contábeis reportadas por portais de prefeituras tendem a ser mais confusas para o entendimento de um cidadão.

Sendo assim, foi possível verificar que os cidadãos têm maior compreensão em informações via infográficos, estudos relacionados a compreensibilidade e entendimento do cidadão. Pagani et al. (2021), afirmam em seu estudo que os cidadãos compreendem que o contexto, exibição visual adequada, eliminação de desordem, direcionamento da atenção para onde ela deve estar e narração da história dos dados. Assim se confirma o que Knaflic (2015), diz que uma boa apresentação de dados requer atenção e aspectos chaves para a divulgação e entendimento do leitor.

Ao final do questionário foi solicitado que os cidadãos respondessem a uma tarefa sobre o tipo de informação contábil que foi fornecida a ele. Essa tarefa possuía quatro alternativas, sendo: receita pública, investimento público, compra de bem público, ou despesa pública. A alternativa correta, para ambos os tratamentos (informação do portal x infográfico) era “despesa pública”. Portanto, foi atribuído o valor “1” para respondentes que marcaram a alternativa correta e “0” caso contrário. Para essa questão são fornecidos resultados referentes às estatísticas descritivas para os quatro grupos, tendo em vista o intuito de capturar se o tipo de informação da mídia (positiva x negativa) e se o tipo de informação contábil (portal x infográfico) surtiram efeitos nos julgamentos dos respondentes.

Tabela 6*Estatística Descritiva para Compreensibilidade*

Grupos	Portal	Infográfico	Total
Positiva	A - 0,3921 - (0,4930) - [51]	B - 0,3654 - (0,4862) - [52]	0,3786 - (0,4874) - [103]
Negativa	C - 0,4630 - (0,5033) - [54]	D - 0,3636 - (0,4855) - [55]	0,4128 - (0,4946) - [109]
Total	0,4286 - (0,4972) - [105]	0,3645 - (0,4836) - [107]	0,3962 - (0,4903) - [212]

Nota: Os números fora dos parênteses representam a média; os números entre parênteses representam o desvio padrão; e os números entre colchetes representam a quantidade de observações. Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

De acordo com os resultados fornecidos na tabela acima, nota-se que dentre os quatro grupos, o que apresentou em média maior percentual de acertos foi o grupo que recebeu informações negativas e via portal (Grupo C), com cerca de 46,30% de acerto. Já o grupo que apresentou menor percentual de acertos foi o grupo que recebeu informações negativas e via infográfico (Grupo D), com cerca de 36,36% de acerto. Nota-se, portanto, que mesmo que as informações via portal sejam menos compreensivas, os respondentes apresentaram maior taxa de acerto em comparação aos respondentes que receberam infográficos. Adicionalmente, observa-se que o fato de a informação ser positiva ou negativa não afetou substancialmente na taxa de acerto da tarefa, pois o maior e menor acerto se concentrou nos grupos que receberam informações negativas.

Estes achados são importantes pois fornecem alguns *insights* sobre a relação entre compreensibilidade de uma tarefa e seu acerto. Os respondentes podem nem sempre fornecer uma visão correta sobre sua própria percepção sobre o quanto compreende determinado atributo, pois os achados da pesquisa denotam que o grupo que apresentou maior compreensibilidade (via infográfico) foi o que apresentou menor taxa de acerto da tarefa.

A análise dos dados estatísticos pode ser relacionada à complexidade das tarefas enfrentadas pelas pessoas e como essa complexidade influencia o desempenho. De acordo com a teoria apresentada, como por exemplo o estudo de Jordan et al. (2015), no qual informaram que tarefas mais fáceis e estruturadas tendem a levar a ações impulsivas, o que por sua vez resulta em erros. Em contrapartida, tarefas mais difíceis e não estruturadas levam a ações mais reflexivas, aumentando a probabilidade de acertos.

De acordo com Park e Gil-Garcia (2022), é possível estabelecer uma relação entre a estrutura das tarefas e os resultados observados na análise estatística dos grupos "Portal" e "Infográfico". Ainda com base nos autores, tendo em mente que tarefas estruturadas são aquelas que possuem procedimentos bem definidos e respostas objetivamente corretas, o grupo que lidou com as informações por meio do "Portal" pode ter enfrentado uma tarefa que, em sua natureza, era mais estruturada. Isso poderia explicar a ligeira vantagem em termos de médias de acertos, pois o Sistema 1 (rápido e impulsivo) tende a ser mais eficaz em tarefas desse tipo.

Por outro lado, as tarefas não estruturadas, que exigem definição de problemas, buscam de informações variadas e cálculos complexos, estão mais alinhadas com a ação reflexiva do Sistema 2. Se considerarmos que as informações apresentadas na forma de infográficos poderiam representar tarefas mais complexas, é coerente com a teoria que o grupo "Infográfico" tenha apresentado uma taxa ligeiramente maior de acertos, conforme informado por Yusuf e Jordan (2012). A natureza mais detalhada e complexa dos infográficos

pode ter estimulado a abordagem reflexiva, levando a um desempenho melhor em termos de acertos, conforme definidos pelos autores Fenner et al. (2022) onde novos instrumentos devem ser inseridos na inseridos na legislação brasileira.

Em resumo, a relação entre a estrutura das tarefas e a abordagem dos sistemas cognitivos pode ser uma explicação plausível para os padrões observados nos dados estatísticos. No entanto, para validar essas interpretações, seria necessário realizar análises estatísticas mais aprofundadas e considerar outros fatores que possam ter influenciado os resultados (Platt Neto et al., 2007). Além disso, o contexto específico da pesquisa e a metodologia empregada também são fatores importantes a serem considerados para uma interpretação completa dos resultados.

Indo em contrariedade ao que diz Platt Neto et al. (2007), em que uma linguagem adequada, simples e acessível, tende a ter maior compreensibilidade por parte dos cidadãos nas informações divulgadas para se alcançar uma maior democracia participativa. Como também afirma Park e Gil-Garcia (2022), em que uma linguagem mais simples é vista como uma possibilidade para alcançar um o consumo do público mais efetivo.

Ressalta-se que ao se proferir análises inferenciais, mediante testes de diferença de médias, os resultados não apresentaram significância estatística, ou seja, as diferenças entre os grupos não são significativas. Sendo assim, os achados representam apenas pequenos indícios sobre pequenas diferenças observadas na atribuição de notas para níveis de confiabilidade e compreensibilidade, bem como para taxas de acertos entre grupos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo investigar a confiabilidade e compreensão dos cidadãos em relação a notícias e informações contábeis vindas das plataformas de prefeituras municipais. Os resultados revelaram que cidadãos tendem a atribuir maior confiabilidade a informações negativas e demonstram maior compreensibilidade em relação a informações apresentadas na forma de infográficos. Esses achados têm implicações significativas para a comunicação governamental e a maneira como as informações são transmitidas aos cidadãos.

A percepção de corrupção e a falta de confiança nas informações governamentais foram destacadas como fatores que moldam o modo como os cidadãos interpretam as informações divulgadas. Isso ressalta a relevância de abordar não apenas a clareza das informações, mas também a confiança nas fontes de divulgação, a fim de construir uma base sólida para a compreensão pública.

Esses achados sinalizam para a necessidade de adotar estratégias eficazes de comunicação, como a apresentação visual de dados, para aumentar a compreensão e confiabilidade das informações. A capacidade dos infográficos em transmitir informações de forma mais acessível e clara se mostra valiosa para engajar os cidadãos de maneira mais efetiva.

Essas conclusões têm uma relevância significativa para diversos agentes interessados, tais como os cidadãos e a sociedade em geral, pois os resultados deste estudo têm implicações diretas para os cidadãos, pois destacam a importância de compreender como a comunicação governamental impacta a interpretação das informações contábeis. Uma sociedade informada e consciente é fundamental para uma governança eficaz e pode levar a uma maior participação cívica, promovendo uma relação mais saudável entre os cidadãos e seus governos. Além disso, os resultados da pesquisa também interessam aos gestores

governamentais, no qual podem utilizar os achados deste estudo para ajustar suas estratégias de comunicação. Compreender que informações negativas são percebidas como mais confiáveis e que a apresentação visual, como infográficos, aumenta a compreensão pode auxiliar na criação de mensagens mais eficazes para os cidadãos.

Nesse sentido, verificou-se que os achados deste estudo fornecem insights valiosos para pesquisadores interessados na interseção entre comunicação governamental, percepção cidadã e tomada de decisão. Esses resultados podem inspirar estudos adicionais para explorar ainda mais as complexas relações entre esses fatores.

Em última análise, este estudo destaca a importância de uma comunicação transparente e eficaz para promover o engajamento informado dos cidadãos em questões governamentais. Os achados têm o potencial de melhorar a relação entre os cidadãos e o governo, ao mesmo tempo em que incentivam uma compreensão mais profunda das práticas contábeis e das informações divulgadas.

No entanto, é relevante considerar as limitações deste estudo, incluindo a possibilidade de que a amostra restrita e o contexto específico possam limitar a generalização dos resultados. Além disso, os métodos empregados podem não capturar todos os fatores que influenciam as percepções dos cidadãos.

Por fim, para futuras pesquisas, é sugerido explorar a influência de diferentes formatos de comunicação, levando em conta fatores culturais e contextuais. Além disso, estudos de intervenção e análises qualitativas poderiam oferecer insights mais profundos sobre como as estratégias de comunicação afetam a compreensão e confiabilidade das informações governamentais, bem como entender como essas percepções impactam as decisões dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Abdelnour, S., Hasselbladh, H., & Kallinikos, J. (2017). Agency and institutions in organization studies. *Organization studies*, 38(12), 1775-1792.
- Avritzer, L. (2009). Experiências nacionais de participação social. In *Experiências nacionais de participação social* (pp. 159-159).
- Barbosa, A. F. (2017). Controle social e *accountability* nas políticas públicas: a atuação dos conselhos municipais de saúde no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 430-448.
- Brasil. (2008). Manual de Aplicação da Seção VI - Transparência na Gestão Fiscal.
- Benevenuto, F., Ribeiro, F., & Araújo, M. (2015). Métodos para análise de sentimentos em mídias sociais. *Sociedade Brasileira de Computação*.
- Campos, R., Paiva, D., & Gomes, S. (2013). Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. *Sociedade e Estado*, 28, 421-446.
- Carpenter, V. L., & Sharp, D. J. (1992). Engaging the Public: Information and Decision-Making in the Budget Process. *Public Administration Review*, 52(3), 234-241.

- Chadwick, A., & May, C. (2003). Interaction between states and citizens in the age of the Internet: "e-Government" in the United States, Britain, and the European Union. *Political Studies*, 51(1), 180-197.
- Conegundes, J. S., Carvalho, H. A., & Moraes, L. D. S. (2013). Contabilidade Pública: Práticas De Transparência Governamental Da Prefeitura Municipal De Barreiras. BAHIA. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 000047.
- Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2009). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Revista de Contabilidade, Gestão e Governança*. 12 (3), 102-115.
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. de S., Silva, L. M. da, & Macedo, M. Álvaro da S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista De Administração Pública*, 46(1), 153 a 176.
- Dahlgren, P. (2005). The Internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147-162.
- Evangelista, L. (2010). Controle Social versus *Transparência Pública: uma questão de cidadania*. Brasília. TCU. Recuperado de: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/controle-social-versus-transparencia-publica-uma-questao-de-cidadania.htm>
- Fenner, V., Visentini, M., & da Smolski, F. M. (2022). Municipal public transparency: analysis of the determining political and socioeconomic variables. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(52).
- Frezatti, F., de Aguiar, A. B., de Araujo Wanderley, C., & Malagueño, R. (2015). A pesquisa em contabilidade gerencial no Brasil: desenvolvimento, dificuldades e oportunidades. *Revista Universo Contábil*, 11(1), 47-68.
- Goodin, R. E. (2008). *Innovating democracy: Democratic theory and practice after the deliberative turn*. OUP Oxford.
- Heald, D. (2003). Fiscal transparency: concepts, measurement and UK practice. *Public Administration*, 81(4), 723-759.
- Janssen, M., Charalabidis, Y., & Zuiderwijk, A. (2012). Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. *Information Systems Management*, 29(4), 258-268.
- Jordan, M. M., Brooms, T. C., Yusuf, J. E., & Mahar, K. T. (2015). An illustrated conceptual model of key factors impacting perceived interlocal agreement outcomes. *Public Performance & Management Review*, 39(1), 116-143.
- Jordan, M. M., Yusuf, J. E., Berman, M., & Gilchrist, C. (2017). Popular financial reports as fiscal transparency mechanisms: An assessment using the fiscal transparency index for the citizen user. *International Journal of Public Administration*, 40(8), 625-636.

- Knafllic, C. N. (2015). *Storytelling with data: A data visualization guide for business professionals*. John Wiley & Sons.
- Morris, S. D., & Klesner, J. L. (2010). Corruption and trust: Theoretical considerations and evidence from Mexico. *Comparative Political Studies*, 43(10), 1258-1285.
- Nunes, C. N., Mau, G. F., & Ferreira, M. A. M. (2022). Transparência e participação social no setor público: uma via de mão dupla Transparencia y participación social en el sector público: una vía de doble sentido Transparency and social participation. *Participación social y políticas públicas en Iberoamérica*, 423.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Recuperado de: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Pagani, C., Schneider, W. A., & Raupp, F. (2021). Apresentação de Informações em Portais de Transparência uma Proposta Baseada em Storytelling e Linha do Tempo. *Encontro Brasileiro de Administração Pública*. Recupedado de: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/125>
- Palassi, M. P., Martins, G. F., & Paula, A. P. P. D. (2016). Consciência política e participação cidadã de estudantes de administração: um estudo exploratório em uma universidade pública no brasil. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 22, 435-461.
- Park, S., & Gil-Garcia, J. R. (2022). Open data innovation: Visualizations and process redesign as a way to bridge the transparency-accountability gap. *Government information quarterly*, 39(1), 101456.
- Platt Neto, O. A.; Cruz, F. D.; Ensslin, S. R.; Ensslin, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 18, n. 1, 2007.
- Puchale, C. L., Pereira, O. L. F., & de Freitas, C. A. (2019). Pobreza multidimensional e seus determinantes: uma análise econométrica para os estados brasileiros com menor e maior IDH. *Revista Estudo & Debate*, 26(1).
- Raupp, F. M. (2011). *Construindo a accountability em câmaras municipais do estado de santa catarina: uma investigação nos portais eletrônicos*. Tese (Doutorado). Escola de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Roberts, A. (2021). Who should we count as citizens? Categorizing people in public administration research. *Public Administration Review*, 81(2), 286-290.
- Silva, L. C., Soares, S. V., & Casagrande, M. D. H. (2019). Evidenciação contábil de entidades do terceiro setor: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis da universidade do sul de santa catarina-unisul. *ConTexto-Contabilidade em Texto*, 19(43).

Yusuf, J. E. W., & Jordan, M. M. (2012). Effective popular financial reports: The citizen perspective. *Journal of Government Financial Management*, 61(4).